

O nacionalismo popular e a crise do populismo no início dos anos 60*

*Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida***

Resumo:

A partir da tentativa de examinar as diferentes apropriações sociais, procura-se formular uma periodização que apreenda as continuidades e rupturas do nacionalismo populista brasileiro. O foco incidirá especialmente sobre a última fase, no início dos anos 60, marcada por intensa apropriação do nacional-populismo pelas classes populares, o que contribuiu para aprofundar a crise política cujo desfecho foi o golpe de 1964, marco inicial de 21 anos de ditadura militar.

A imensa maioria das análises sobre o caráter do nacionalismo populista brasileiro apresenta três limitações principais: 1) prende-se demasiadamente à dicotomia conflito-complementaridade; 2) centra-se na relação entre a ideologia nacional e um único setor da sociedade brasileira, além de apresentá-lo como se fosse dotado de homogeneidade ao longo de todo o período 1930-64; 3) carece de uma concepção teórica mais rigorosa acerca da ideologia nacional e do nacionalismo.

O primeiro problema impediu a apreensão do caráter contraditório do nacionalismo populista brasileiro, contribuindo para que este fosse identificado equivocadamente com o antiimperialismo. O que significava, em última análise, ficar aprisionado no interior das formulações produzidas pela própria ideologia nacionalista, sem perceber, por um lado, os limites precisos dos movimentos que ela expressava, a se articular a lutas pelo desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Por outro lado, também ficavam obscurecidos os confrontos reais (embora limitados) nos quais se envolveram as forças que em cada conjuntura “esgremiam” um discurso nacional-populista.

O segundo problema simplesmente bloqueou o estudo das distintas variantes do nacionalismo populista, assim como das relações entre elas. Como tentarei demonstrar, tal estudo é importante para a apreensão das sucessivas redefinições daquela ideologia. Finalmente, o terceiro problema, além de abrir a porta para empirismos de todos os tipos, impediu que se formasse sequer uma

* Texto apresentado no XVII Simpósio Nacional de História da ANPUH (Associação Nacional de História), realizado na USP, de 19 a 23 de julho de 1993 e publicado originalmente na coletânea organizada por Blaj e Monteiro (1996). Publico-o novamente com vistas a incentivar o debate sobre o golpe de Estado que completa 40 anos e a ditadura que a ele se seguiu.

**Departamento de Política da PUC-SP. Participante do NEILS.

linguagem comum capaz de possibilitar o mínimo de interlocução coerente sobre o tema.¹

É por esse último ponto que inicio a apresentação de minha proposta de análise. Como se verá, mais do que apresentar algo totalmente original, recorro fartamente às contribuições já apresentadas por outros estudiosos, limitando-me, em larga medida, a um esforço de sistematização.²

Parto da hipótese de que a nação é indissolúvelmente ligada à legitimidade do tipo capitalista de Estado, sendo, no essencial, o resultado de um duplo movimento operado pelo estado burguês: O efeito de isolamento, que contribui para a constituição ideológico-jurídica das individualidades típicas da sociedade capitalista; e o efeito de representação da unidade, ou seja, de aglutinação dos agentes de produção, já constituídos como indivíduos-sujeitos jurídicos em uma comunidade de “cidadãos” (Poulantzas, 1968). Nesse sentido, a nação se constitui, na esfera ideológica, como um *locus* da igualdade e da comunidade no interior de uma ordem social que se apresenta como composta de individualidades iguais e competitivas.

Por intermédio daquele duplo movimento operado pelo Estado burguês, constitui-se um processo ideológico no qual o Estado, da perspectiva da chamada “sociedade civil”, aparece como o guardião do bem comum e ela (a “sociedade civil”), aparece, do ponto de vista do Estado, como sendo a “nação”. Esta delimita, portanto a esfera em cujo interior se goza do atributo de cidadania, de pertencimento a uma comunidade estatal. Ela é inseparável da encenação da soberania popular pelo Estado capitalista.

Se a nação nos remete à legitimidade do Estado capitalista, isso significa que não necessariamente a ideologia nacional apresenta um conteúdo democrático-burguês. No entanto, a forma que o Estado adquire não deixa de repercutir sobre a configuração nacional. Isso faz com que a nação, esta esfera da igualdade, seja um terreno cambiante, pois sua configuração depende de como as classes em luta definem o âmbito da igualdade entre os “cidadãos”, ou seja, entre os membros da comunidade estatal-nacional.

A nação é relativamente autônoma frente às classes sociais. É autônoma, pois o igualitarismo dos nacionais configura uma esfera de igualdade formal, por oposição à dominação (à “desigualdade”) de classe. É relativamente autônoma porque o caráter dessa igualdade depende das relações de classes na luta político-ideológica.

Ao centrar a questão da igualdade no âmbito do Estado-nação (ou seja, de um Estado burguês real ou desejável), a ideologia nacional termina por absolutizar, de algum modo, a igualdade de todos os cidadãos enquanto membros da comunidade nacional expurgando-a de qualquer caráter antagonístico. Esta fetichização da esfera nacional é, portanto, o corolário da fetichização do Estado

¹ É o caso, por exemplo, do debate travado por Francisco Weffort (“Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?”) e Fernando H. Cardoso (“Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?”). O primeiro texto pode ser encontrado na coletânea de ensaios de Weffort (1980); o segundo, na coletânea de Cardoso (1973).

² Citações mais detalhadas podem ser encontradas em Almeida (1984).

como uma entidade situada acima das classes. A ideologia nacional opera uma separação estanque entre esse âmbito da igualdade (a nação) e a dominação de classe. É nesse sentido que independentemente da classe ou fração de classe (ou mesmo categoria social) que melhor explicita o discurso (e a prática) nacionalista em determinada conjuntura, a ideologia nacional é estruturalmente burguesa.

Leopoldo Mármora afirma que, do ponto de vista conceitual, o processo de constituição nacional está inseparavelmente articulado ao processo de constituição do Estado moderno. Todavia, Mármora ressalva que, “de uma perspectiva histórico-genética”, não existe razão para que isto venha a ocorrer, pois a nação pode preceder o Estado burguês, o que, no caso europeu, segundo o autor, teria sido a regra (Mármora, 1986: 168). Acredito que, sob a passagem do “teórico” ao “histórico”, oculta-se uma diferença entre duas ordens de relações e que sua indistinção pode levar a análise a impasses de caráter conceitual e historiográfico.

A dificuldade teórica consiste justamente em explicar como poderia a ideologia nacional se reproduzir lentamente sem a estrutura do Estado burguês. As dificuldades de caráter historiográfico poderão ser melhor explicadas por intermédio da distinção teórica entre ideologia nacional e nacionalismo (termos que têm sido considerados intercambiáveis). Sugiro reservar para a primeira o significado de uma estrutura ideológica fundamental do capitalismo, pois ela tem sido, como já foi afirmado, indissolavelmente ligada à legitimidade do tipo burguês de Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que em qualquer formação social capitalista existe, em épocas “fastidiosas”, algum tipo de *nacionismo*, ou seja, de reprodução da ideologia nacional. Trata-se de um elenco de práticas que expressam o sentimento de que todos os agentes da formação social constituem, em alguma dimensão, uma coletividade singular de indivíduos essencialmente iguais.

O *nacionalismo*, por sua vez, remete-nos a um processo que, do ponto de vista da ideologia nacional, é mais específico, pois se trata de um determinado tipo de apropriação dessa ideologia. Mais precisamente, um determinado modo de apropriação/questionamento do fetichismo do Estado burguês que, ao testemunhar a crise daquela ideologia, expressa uma “questão” nacional. Aqui o nacionalismo configura aquela apropriação — por uma ou mais classes ou frações de classe — da ideologia nacional, apropriação que, de algum modo, questiona, pela ótica do critério de constituição da comunidade nacional, a forma de legitimidade de um Estado burguês já constituído.

Por outro lado, o nacionalismo apresenta uma amplitude maior no que se refere ao espaço histórico de suas manifestações, pois este transcende o âmbito das formações sociais capitalistas. Isso porque, neste caso, ele expressa o clamor por uma cidadania que só tem condições de se constituir com base no Estado burguês. Mais precisamente, o nacionalismo pode expressar as “dores do parto” (ou mesmo da impossibilidade do parto) da ordem política burguesa, isto é o questionamento da legitimidade de um Estado pré-capitalista, problematização esta que toma — diretamente ou não — como referência a legitimidade de um Estado burguês.³

³ Nesse sentido, parece-me correta a observação de Anthony Smith segundo a qual pode haver nacionalismo “sem nações pré-existentes” (Smith, 1976: 247).

Também neste segundo caso, o nacionalismo expressa uma “questão” nacional, mas distinta da mencionada anteriormente. Lá se tratava de uma questão nacional, nos quadros da ordem política burguesa já constituída; aqui, esta ideologia está em questão justamente porque as condições estruturais não favorecem sua reprodução e o nacionalismo adquire inteligibilidade justa mente como uma das forças ideológicas potenciais dos processos de revolução burguesa (cujos desfechos concretos não são, evidentemente, pré-determinados).

Recuperamos, agora, a afirmação sobre o caráter relativo da autonomia da ideologia nacional, pois ele nos obriga a nos referir aos conteúdos concretos que as diferentes classes em luta lhe imprimem. Mesmo sofrendo a dominação ideológica, os dominados vivem a ideologia dominante de modo particular, chegando, inclusive, em certos períodos a expressar o protesto contra a dominação nos termos da região dominante da ideologia dominante.⁴

É justamente buscando apreender os movimentos contraditórios por intermédio dos quais a ideologia nacional perpassa as diferentes classes sociais e frações de classe que recorro a noção de *variante ideológica*. Ela nos remete, ao mesmo tempo, à autonomia relativa da ideologia e ao conteúdo concreto que diferentes classes e frações em luta lhe imprimem. A noção de variante ideológica refere-se às modalidades de realização de conteúdos ideológico dominantes sob a determinação de prática de classe ou fração que incorpora tais conteúdos e dos aparelhos em que tais práticas se materializam.

A noção de variante ideológica talvez nos auxilie a distinguir, por um lado, uma determinada matriz ideológica do nacionalismo populista e, por outro, suas variantes específicas, em cada fase do período 1930-64. Nesse sentido, o nacionalismo de uma fração burguesa, a burguesia industrial, já não apareceria como idêntico ao nacionalismo burguês, no sentido ainda demasiadamente indeterminado ao qual me referi, mas como uma variante dele. Da mesma forma, poderia ser distinguida uma variante burocrática, assim como, em determinadas fases do período, uma variante popular do nacionalismo populista.

O nacionalismo populista no Brasil: uma tentativa de periodização

A partir de digressões como as que termino de expor, o trajeto de minha pesquisa consistiu, essencialmente, nos seguintes passos: 1) detectar a matriz ideológica do nacionalismo populista, ou seja, identificar as linhas de força dessa ideologia que estiveram subjacentes às distintas manifestações do nacionalismo populista ao longo do período; 2) examinar as variantes que se constituíram em cada fase, ou seja, o modo como determinados grupos sociais vivenciaram, em cada fase, essa ideologia; 3) examinar as relações, em cada fase, entre essas variantes, relações que imprimiram modulações específicas à matriz ideológica.

Assinalemos, portanto, os principais aspectos da matriz ideológica do nacionalismo populista. Em primeiro lugar, os setores da burocracia estatal mais comprometidos com uma política que, em última análise, favorecia o processo de

⁴ A formulação é poulantzana. Inúmeros autores têm examinado esta questão. Algumas contribuições brilhantes podem ser encontradas em Hill (1987); Rudé (1982); Badiou & Balmès (1976). A esse respeito, o texto clássico é de Engels (1975).

industrialização dependente constituiu a mais importante base social da ideologia nacional populista no Brasil. Com os tenentes, na primeira metade dos anos 30, ou com os militares nacionalistas durante a “campanha do petróleo”; com Vargas, na luta pela implantação da grande siderurgia ou com os militares (e civis) que capitanearam o processo de implantação da indústria automobilística, o movimento nacionalista, independentemente de suas sucessivas redefinições, sempre teve suas raízes mais profundas em segmentos da burocracia estatal.

Uma segunda característica relacionava-se estreitamente com a anterior. Não apenas parcelas da burocracia de Estado eram o principal suporte do nacionalismo, como o próprio aparelho de Estado constituía a arena privilegiada dos embates entre as tendências nacionalistas e seus adversários. O aparelho estatal era quase sempre o ponto de partida e, invariavelmente, o ponto de chegada do movimento nacionalista. Já no imediato pós-30, posições-chaves do aparelho estatal seriam ocupadas pelos “tenentes”, cujo papel seria importante na conquista ou mesmo na eliminação de órgãos ocupados pelas “oligarquias”. Tal cenário não era exclusivo dos embates entre os membros “profissionais” da burocracia estatal. Nele também se defrontaram empresários encastelados em “órgãos técnicos”, como foi o caso de Simonsen (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial) em sua célebre polêmica com Eugênio Gudin (Comissão de Planejamento Econômico). Finalmente, no que se refere à incorporação dos setores populares ao movimento nacionalista, pode-se mencionar a importância adquirida pelos sindicatos oficiais na última fase do período populista.

Em terceiro lugar, os movimentos informados pela ideologia nacional-populista visavam sobretudo redefinir a política estatal. Seja no que se refere à necessidade de um protecionismo industrial — uma das mais constantes reivindicações do empresariado manufatureiro ao longo do período — seja em relação aos movimentos diretos do Estado na economia; seja quanto à implementação das “reformas de base” ou à planificação da economia, o nacionalismo populista visava ou reforçar uma política do Estado já em fase de execução ou cobrar do Estado, visto como, tendo abandonado suas “verdadeiras” finalidades, a definição de uma política específica.

Em quarto lugar, no que se refere à relação com o imperialismo, o nacionalismo populista adquiria eficácia política na medida em que lutava para redefinir a posição da formação social brasileira na divisão internacional do trabalho, não visando eliminar, mas redefinir a dependência. Isso se aplica tanto à luta de Vargas para implantar a grande siderurgia como aos protestos dos empresários nativos contra a implantação de indústrias estrangeiras que concorreriam com as já existentes no país. Tanto em um caso como no outro, o nacionalismo não se chocava com uma política sistemática de atração de investimentos estrangeiros diretos em amplos setores da economia brasileira. Isso implicaria, ao longo do período, uma postura seletiva frente ao capital estrangeiro, a qual buscava conferir prioridade aos investimentos que contribuíssem efetivamente para o avanço da industrialização capitalista no país.

Finalmente, entre as linhas de força do discurso nacionalista poderiam ser destacadas duas idéias principais. Seja com Simonsen, ao afirmar — recorrendo a Calógeras — que o país jamais seria forte e independente enquanto continuasse

como simples produtor de “gêneros coloniais”, seja com os ideólogos do ISEB ao se referirem à “alienação nacional”, seja com os “tenentes” ao bradarem contra a ausência de “organização nacional”, o nacionalismo populista insistia, sob variadas formas, na idéia de uma nação incipiente, incompleta, carente de uma identidade própria e, portanto, frágil. A segunda idéia-força aludida à necessidade de um Estado forte, dotado dos meios adequados para integrar o conjunto dos cidadãos na comunidade nacional e enfrentar, assim, os agentes corrosivos, internos e externos, que ameaçavam a nacionalidade e buscavam impedir sua marcha rumo à plena emancipação.

Como já foi observado, com este grau de indeterminação ainda é impossível dar conta do movimento contraditório da ideologia nacional-populista. Procurarei, então, analisar como, sob o efeito das práticas de certas classes sociais e frações de classe, essa matriz se atualizou de diferentes modos, constituindo, em cada fase do período, uma constelação ideológica específica.

Acredito que, ao se trabalhar com três variantes do nacionalismo populista (a burocrática, a da burguesia industrial e a popular), pode-se chegar a uma classificação (ainda que provisória) de pelo menos quatro fases desse nacionalismo: 1) o nacionalismo militar (1930-45); 2) o nacionalismo trabalhista (1951-4); 3) o nacionalismo triunfante (1956-60); 4) o nacionalismo reformista (1961-4).

O nacionalismo militar correspondeu a um momento de combate ofensivo, nos quadros de um regime mais ou menos abertamente autoritário, aos núcleos de poder dos setores agro-mercantis, por um lado, e, por outro, às organizações independentes do proletariado. Ao mesmo tempo em que se operavam esses rearranjos no aparelho estatal, conseguia-se dar passos significativos no sentido de implementar medidas de caráter econômico importantes para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Na arena internacional, a crise do campo imperialista contribuiu para o sucesso desta política. O principal centro de articulação ideológica era constituído pelo núcleo do aparelho repressivo e, em termos de discurso, articulava-se à industrialização principalmente à segurança e a coesão nacionais.

O nacionalismo trabalhista adquire sentido no bojo de uma tentativa — em grande parte frustrada — de compor um amplo leque de forças voltado para a superação dos impasses com os quais se defrontava a chamada “industrialização restrita”, numa fase de acirramento do conflito entre os dois blocos mundiais e de rígido alinhamento do campo imperialista hegemônico pelos EUA. O “aparelho ideológico” predominante ainda é o exército, embora tentativas tenham sido feitas de ativar o nacionalismo do aparelho sindical. O discurso articulava a industrialização ao aumento do nível de vida e da participação política dos trabalhadores.

O nacionalismo triunfante foi a articulação em que mais se evidenciou a variante empresarial do nacionalismo populista. Constituiu-se, no plano político-ideológico, o leque de forças que na fase anterior se mostrara inviável. No panorama internacional, a relativa abertura do campo imperialista hegemônico pelos EUA não deixaria de contribuir para o sucesso da política de aprofundamento do processo de desenvolvimento capitalista dependente no Brasil.

Esta foi a fase em que o aparelho repressivo do Estado mais se apresentou como unificado, o que lhe conferiu a aparência de imunidade frente aos conflitos ideológicos. O discurso apresentava a industrialização dependente como condição de emancipação nacional.

A ascensão do nacionalismo popular

Sob o impacto da crise do capitalismo dependente no Brasil e da incorporação da ideologia nacionalista pelo movimento popular em ascensão, o nacionalismo reformista expressou a ruptura do leque de forças que se constituía na fase anterior. Uma análise dos efeitos, no interior do aparelho estatal brasileiro, da radicalização do movimento popular pode contribuir para revelar os avanços e limites que marcaram a fase final do nacionalismo populista no Brasil. No plano internacional, a fase é marcada pela instabilidade do campo imperialista hegemônico pelos EUA. (sob o impacto dos movimentos de libertação colonial, movimentos dos “não alinhados” e revolução cubana) e pelo início da divisão no interior do outro bloco.

Dedicarei o restante do texto a uma breve menção ao processo de constituição de uma variante especificamente popular do nacionalismo em questão. Para isso, abordarei alguns aspectos da greve de 5 de julho de 1962, que é considerada a principal greve política do período.

Deflagrada durante a vigência do sistema parlamentarista, o objetivo da greve era pressionar o Congresso para que se aprovasse a constituição de um gabinete favorável às “reformas de base”, num momento em que a primeira resposta de Goulart havia encontrado resistências no legislativo, onde estava praticamente vitoriosa a tentativa de impor ao presidente um ministério chefiado pelo deputado conservador Auro de Moura Andrade.

Três semanas antes, diversas organizações sindicais já haviam ameaçado desencadear a greve. Finalmente esta se iniciou um pouco antes da notícia de que Moura Andrade, pressionado por Goulart, renunciara à pretensão de se tornar primeiro-ministro. A greve se desencadeara contra a vontade do próprio Goulart, que aparentava estar seguro de solucionar a crise ministerial sem a interferência do movimento operário (Maia Neto, 1965: 148).

Frente ao fato consumado, Goulart ainda tentaria reverter a situação, enviando emissários, entre os quais o Gal. Osvaldo Alves, comandante do 1º Exército, para conseguir, junto ao presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) a suspensão da greve. Este respondeu que estava ao lado de Goulart, “mas não sob seu comando” e que, se a greve não se realizasse, os dirigentes sindicais ficariam “desmoralizados” (Erickson, 1979: 151).

A greve durou 24 horas e sua efetividade foi diferente segundo as regiões e os setores da economia. Foi mais ampla na região do Grande Rio, onde, em particular nas cidades de Caxias, São Gonçalo e Austin, os acontecimentos escapariam totalmente ao controle dos dirigentes sindicais e do governo federal. Já a 6 de julho, o jornal *O Estado de São Paulo*, com um tom nitidamente alarmista, fazia o balanço de 35 mortos, 120 feridos graves, 125 lojas saqueadas, incendiadas

ou apedrejadas e 300 feridos leves. Segundo o mesmo jornal, “milhares de pessoas apedrejavam, invadiam e destruíam as lojas (...)” (*O Estado de São Paulo*, 6/7/62).

No mesmo dia, uma comissão de representantes sindicais foi a Brasília, onde Goulart os convenceu a se dedicarem ao encerramento da greve.

O fato de que alguns setores já estavam paralisados devido a reivindicações salariais contribuiu para a amplitude do movimento. Foi o caso, em particular, dos trabalhadores do setor de transporte, cuja greve, aliás; se prolongaria por vários dias após o 5 de julho. Ainda no dia 11, todo o setor permanecia paralisado no Grande Rio, o sindicato realizava uma assembleia-geral e cerca de 90 piquetes haviam sido organizados desde o amanhecer (*Jornal do Brasil*, 12/7/62).

Ao longo desses acontecimentos, a comissão de trabalhadores permaneceu em Brasília, em contato com Goulart, e com ele discutiu a designação do novo ministério. Quase todo o contingente da polícia do Estado da Guanabara foi mobilizado para reprimir a greve dos trabalhadores de transportes e várias prisões foram feitas, inclusive a do presidente do sindicato. Em 11 de julho, a Comissão Executiva do Comando Geral da Greve, reunida na sede da CNTI, convocou, em nota oficial, os sindicatos para uma assembleia com o objetivo de “examinar as perseguições pelo governador do Estado [Carlos Lacerda] aos trabalhadores que lutam por suas reivindicações e direitos”, ao mesmo tempo em que, por intermédio da comissão que estava em Brasília, ela exigia providências do governo federal para a libertação dos presos (*Jornal do Brasil*, 12/7/62).

Isso me leva a tecer algumas considerações sobre as relações entre os sindicatos e os demais ramos do aparelho estatal. A direção da CNTI havia sido eleita com o auxílio de uma formidável pressão do governo Goulart sobre os dirigentes sindicais. Com este objetivo, Goulart havia se deslocado pessoalmente para o Rio de Janeiro, onde, em dezembro de 1961, realizava-se o Congresso da CNTI (Erickson, 1979: 148).

Em um sistema onde os sindicatos eram diretamente subordinados ao Ministério do Trabalho e onde as direções careciam de vínculos mais estreitos com a massa dos trabalhadores, a existência política dos dirigentes sindicais dependia, em grande parte, de suas relações com o governo federal.

Em conseqüência, o movimento sindical tendia a marchar na cúpula e não na base. Salvo em certas categorias onde se dependia da sindicalização para obter o emprego (portuários, marítimos) ou naquelas mais politizadas, a grande maioria dos trabalhadores não se associava aos sindicatos (Tavares, 1970). Além disso a participação dos sindicalizados era muito fraca, só aumentando na época das campanhas salariais, que de resto se faziam segundo um calendário estabelecido pelo governo.

Esta dependência dos sindicatos em relação ao Estado, assim como seus frágeis vínculos com a massa dos trabalhadores, também repercutiria sobre o peso extraordinário que as empresas estatais tiveram para o sucesso de um movimento como a greve do 5 de julho. Uma vez que o Ministério do Trabalho não considerasse a greve ilegal, tais empresas não demitiriam seus empregados, nem bloqueariam seus salários. Assim, a greve do 5 de julho, embora obtendo sucesso

nas empresas estatais, teve fraquíssima repercussão na maior parte das empresas juridicamente privadas (Tavares, 1970).

Portanto, a dependência do movimento sindical em relação ao Estado não se efetivava apenas ao nível da própria estrutura sindical, mas também se estendia às dimensões mais imediatas da relação capital-trabalho. Em outros termos, mesmo no interior das empresas onde mais se desenvolvia, o movimento sindical estava enredado nas malhas do Estado burguês sob direção populista.

Uma das conseqüências desse embaraçamento era o caráter, por assim dizer, estratégico da posição ocupada pelos diretores das empresas estatais no que se refere ao sucesso da mobilização sindical. Assim, os trabalhadores dessas empresas eram tanto mobilizados como desmobilizados, dependendo da posição política daqueles funcionários do capital. Se considerarmos que a aceitação de um diretor dependia de sua classificação como “nacionalista” segundo os critérios não muito precisos de uma estratégia que, ao considerar o movimento nacionalista como a encarnação da frente única com a burguesia nacional, abandonava a luta pela hegemonia no interior deste movimento, é fácil imaginar os efeitos políticos e ideológicos que essas reviravoltas infligiam à massa dos trabalhadores. Essa dinamização do movimento sindical para a luta no interior do aparelho de Estado, segundo as conveniências de uma hipotética frente única, ao mesmo tempo em que limitava as possibilidades de um sindicalismo mais autônomo e impulsionador de uma participação política mais ampla dos trabalhadores, era apresentada como a expressão de uma relação privilegiada que estes manteriam com o Estado. Evidentemente, tal procedimento não contribuía para a compreensão do papel desempenhado pelo Estado e, em particular, pelas empresas estatais, no aprofundamento das formas da dominação capitalista no Brasil, aliás em estreita ligação com o capital imperialista.

Por outro lado, é inegável que o próprio fato do crescimento do papel do aparelho sindical no interior do Estado exprimia uma ascensão real do movimento popular. Neste sentido, é preciso levar a sério a declaração do presidente da CNTI de que, caso a greve fosse suspensa, os dirigentes sindicais ficariam desmoralizados. Aliás vinte e quatro horas após o seu término, a falsa notícia de uma outra greve paralisaria novamente o Rio de Janeiro e os dirigentes sindicais tiveram de reconhecer que não dispunham de meios para deter o movimento (Erickson, 1979: 152).

Reafirmava-se, portanto, que nenhuma das forças políticas organizadas tinha condições para; uma vez desencadeado o movimento, dirigi-lo. Tratava-se, assim, de uma relação difícil entre um movimento popular que, embora ascendente, permanecia difuso e incapaz de encontrar formas políticas, ideológicas organizacionais próprias e, por outro lado, uma direção que, sempre tentando conduzi-lo para a luta no interior do aparelho de Estado, não dispunha de meios para enquadrá-lo segundo seus objetivos. De qualquer forma seria esta direção que colheria (e o futuro mostraria que não por muito tempo) os frutos imediatos dessa ascensão do movimento popular.

A greve do 5 de julho de 1962 exprimiu e aprofundou uma nova dimensão do nacionalismo populista brasileiro: mobilização dos trabalhadores por objetivos claramente políticos; mobilização não convocada por qualquer setor dirigente do

aparelho estatal, mas por diretorias sindicais; criação no mês seguinte, do CGT, ou seja, de uma central sindical nacional cuja existência se chocava com a legislação corporativista; certa capacidade de intervenção no sentido de alterar a correlação de forças no interior do regime; difusão, pelos setores organizados do movimento operário e popular, em uma conjuntura de crise do regime, de um programa que, apesar de suas limitações, apresentava às massas populares um instrumento de crítica do conjunto da organização social brasileira.

O nacionalismo reformista, além de contribuir para reforçar a representação de que era possível um desenvolvimento capitalista nacional independente nos quadros do sistema imperialista, também alimentou a ilusão de que o movimento popular, enquadrado pelo aparelho estatal, imprimiria ao nacionalismo uma mudança de rota no sentido de uma profunda transformação social.

A História pode não fornecer lições, mas é pródiga em referências para se pensar (e agir sobre) o presente.

Bibliografia:

- ALMEIDA, L. F. R. de. (1984). *As redefinições do nacionalismo populista no Brasil (1930-1964)*. Campinas: UNICAMP-IFCH. Dissertação de Mestrado. Mimeo
- BADIOU, A. & BALMÈS, F. (1976). *De L'ideologie*. Paris: Maspero.
- BLAJ, I. & MONTEIRO, J. M. (1996). *Histórias & utopias*. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH.
- CARDOSO, F. H. (1973). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- ENGELS, F. (1975). *As guerras camponesas na Alemanha*. Lisboa: Presença.
- ERICKSON, K. P. (1979). *Sindicalismo no processo político do Brasil*. S Paulo: Brasiliense.
- HILL, C. (1987). O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras.
- JORNAL DO BRASIL, 12/7/62.
- MAIA NETO, J. (1965). *Brasil — guerra quente na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MÁRMORA, L. (1986). *El concepto socialista de nación*. México: Pasado y Presente. O ESTADO DE SÃO PAULO, 6/7/62.
- POULANTZAS, N. (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero.
- RUDÉ, G. (1982). Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro: Zahar.
- SMITH, A. (1976). *Las teorías del nacionalismo*. Barcelona: Península.
- TAVARES, A. (1970). "Causas da queda de João Goulart". In: CASTRO, J. de. *et alii*. *O Brasil na encruzilhada*. Lisboa: Dom Quixote.
- WEFFORT, F. C. (1980). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.